



TESOURO NACIONAL

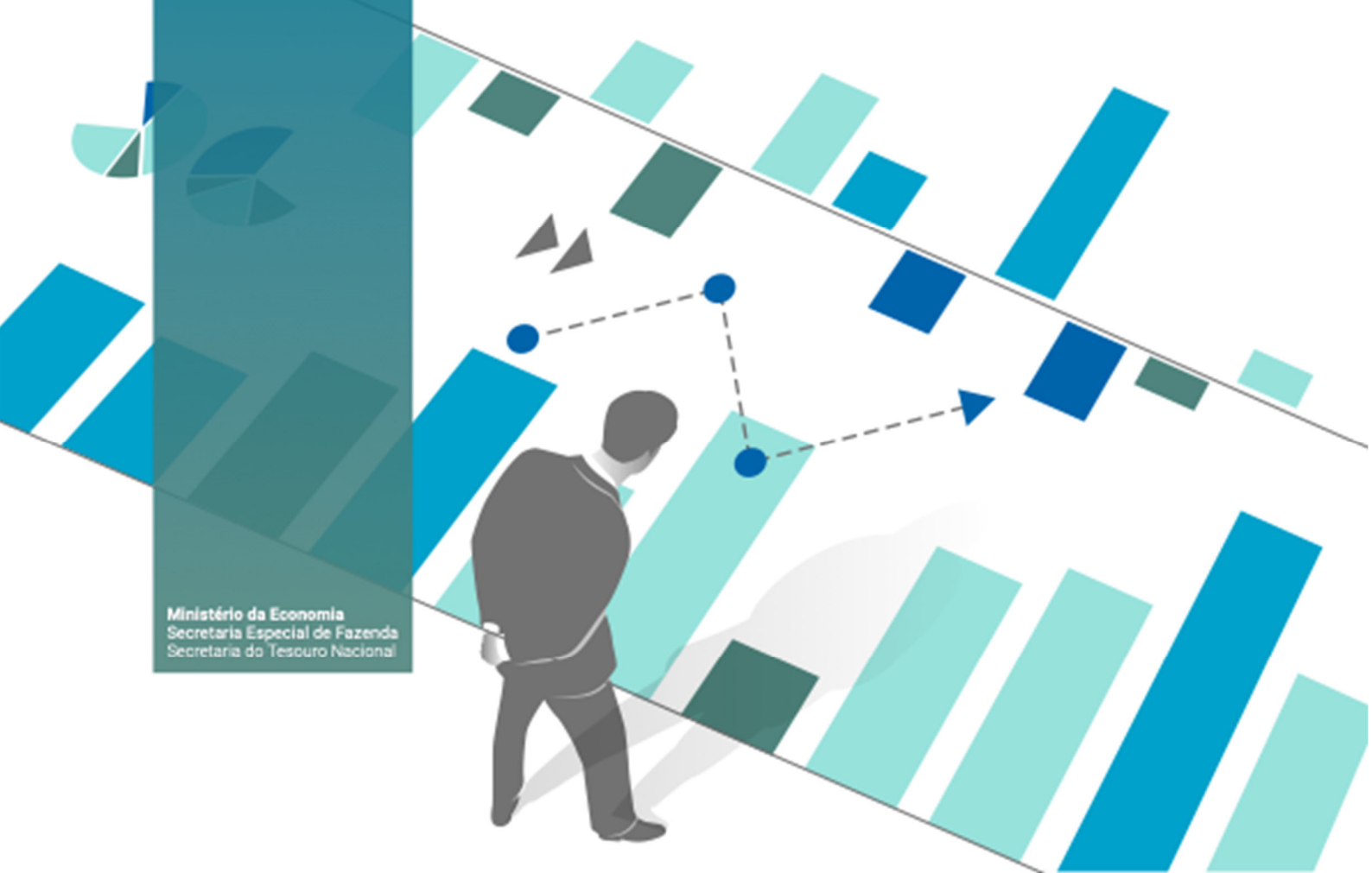
RTN
2019

Março

Resultado do **Tesouro Nacional**

Sumário Executivo

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional





Sumário Executivo

No mês de março de 2019, o resultado primário do Governo Central foi um déficit de R\$ 21,1 bilhões, frente a déficit primário de R\$ 24,5 bilhões observado no mesmo mês do ano passado (termos nominais). O resultado observado foi próximo às expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que sinalizava, na mediana, um resultado deficitário de R\$ 20,2 bilhões para o mês. O resultado deficitário no mês de março é explicado pelo movimento sazonal de despesa mais elevada com abono salarial e sentenças judiciais e precatórios referentes a previdência e pessoal.

No mês de março, o Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 1,5 bilhão, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 22,6 bilhões. A melhora em relação a março de 2018 se deve à redução real de 3,2% da despesa total e à elevação real de 0,7% na receita líquida. A redução da despesa é explicada, principalmente, pela diminuição de R\$ 4,5 bilhões (39,5%) nas despesas discricionárias, que ocorreu em quase todas as funções de governo¹, refletindo um elevado empoçamento da despesa. O comportamento da receita, por sua vez, foi influenciado pelo recebimento de dividendos de R\$ 1,1 bilhão do BB e de R\$ 1,8 bilhão da Caixa em março de 2019 contra o recebimento de R\$ 497,6 milhões do BB em março de 2018².

Com o resultado de março, o saldo acumulado no primeiro trimestre totaliza déficit de R\$ 9,3 bilhões ante déficit de R\$ 12,9 bilhões no mesmo período de 2018 (termos nominais), representando uma melhora real do resultado de 31,9%. O resultado de 2019 é composto por um superávit de R\$ 42,2 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 51,5 bilhões na Previdência Social (RGPS).

Vale destacar que a queda do déficit primário no primeiro trimestre deste ano ante o mesmo período do ano passado decorreu da redução da despesa primária, pois a receita líquida se manteve praticamente estável, com crescimento muito inferior ao observado no primeiro trimestre do ano passado. No primeiro trimestre de 2018, a receita líquida do Governo Central havia crescido, em termos reais, R\$ 22 bilhões (7,5% de crescimento real) e, nesse primeiro trimestre de 2019, esse crescimento real foi de apenas R\$ 226 milhões (0,1% de crescimento real).

Apesar da melhora observada no resultado primário neste primeiro trimestre, a projeção para o ano, de acordo com o último relatório bimestral, aponta para um déficit primário do Governo Central na meta de R\$ 139 bilhões, apesar de um contingenciamento de quase R\$ 30 bilhões na despesa primária. A se confirmar o déficit primário do Governo Central

¹ Para a saúde a redução ocorreu principalmente em ações orçamentárias referentes a transferências a entes (00QR, 8581, 8535). A ação orçamentária 00QR diz respeito a medida provisória nº 815 de 2017, de apoio financeiro aos entes federativos que recebem Fundo de Participação dos Municípios.

² Apesar desta elevação não há previsão de ganhos para 2019. Para efeito de comparação, em valores correntes, as receitas de dividendos totalizaram R\$ 7,7 bilhões em 2018 e, segundo Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (1º bimestre), estima-se arrecadação de R\$ 6,7 bilhões em 2019.



na meta, isso representaria uma sensível piora frente ao déficit primário do Governo Central realizado, em 2018, de R\$ 120,2 bilhões. Novamente, essa piora projetada vem de uma receita líquida do Governo Central estimada com crescimento real zero ou levemente negativo, o que representa uma queda da receita líquida do Governo Central de pelo menos 0,4 ponto do PIB frente a uma queda da despesa primária de 0,3 ponto do PIB. Nesse contexto, diante das atuais circunstâncias e sem contar ainda com o bônus de assinatura do leilão do excedente da cessão onerosa, repetir o resultado primário do Governo Central do ano passado já seria um enorme ganho.

Além do desafio de avançar no ajuste fiscal com frustração da arrecadação, o crescimento das despesas obrigatórias, das quais os benefícios previdenciários são o maior componente, segue comprimindo as despesas discricionárias, que em 2018 chegaram ao patamar de apenas 9,5% da despesa primária total. Dos R\$ 128,8 bilhões gastos em despesas discricionárias no ano passado, R\$ 48,4 bilhões foram despesas com investimento e o restante em demais despesas discricionárias, inclusive as que compõem o mínimo constitucional de saúde e educação, além de políticas públicas como subvenções econômicas do Minha Casa Minha Vida e pagamento de bolsas de estudos. Dado um nível tão baixo de despesa discricionária que, em 2018, voltou ao mesmo nível real de 2010, o debate que está posto é sobre o nível mínimo de despesas discricionárias necessário para o funcionamento da máquina pública, pois o investimento público no ano passado foi de 0,7% do PIB, ante 1,4% do PIB, em 2014, e neste ano poderá ser inferior a 0,5% do PIB frente a uma despesa primária do Governo Central projetada de R\$ 1.412 bilhões (19,3% do PIB).

Além do elevado grau de rigidez da despesa, devido à alta parcela de gastos obrigatórios, outro aspecto marcante da despesa primária do Governo Central e relevante na determinação de sua dinâmica é o seu alto grau de indexação. Neste ano, o crescimento da despesa primária do Governo Central para o cumprimento da meta de primário não poderá ultrapassar R\$ 60 bilhões, sendo esse o mesmo crescimento projetado para as despesas obrigatórias. Em outras palavras, grande parte da despesa primária tende a crescer automaticamente, independentemente de haver novos fatos geradores. Trata-se de despesas que possuem reajuste automático associado à variação de indexadores, como o INPC, IPCA, salário mínimo e receita corrente líquida. Em 2018, as despesas indexadas atingiram 66,3% da despesa primária total e estima-se que, em 2019, esse percentual chegue a 67,7%, o que representaria seu máximo histórico. A proporção de despesas indexadas pode seguir aumentando, uma vez que há componentes das despesas obrigatórias que podem crescer acima da inflação, enquanto o total das despesas primárias cresce, no máximo, pela inflação conforme norma estabelecida na "Regra do Teto"³.

Dado o exposto, fica evidente que o processo de ajuste fiscal exigirá cada vez mais uma mudança na dinâmica das despesas obrigatórias, em especial, em relação ao crescimento das despesas com aposentadorias e pensões, bem como da folha de pessoal do Governo Central, com um maior controle na contratação de pessoal e nos reajustes dos vencimento de funcionários públicos. No caso de aposentadorias e pensões, o governo mandou o projeto da

³ Ver boxe 1 – RTN de março de 2019.



Nova Previdência que tem como objetivo a maior harmonização entre os diferentes regimes de previdência, o combate aos privilégios e, também, a sustentabilidade fiscal. Vale lembrar que, para o padrão demográfico brasileiro atual, o país gasta com previdência, como porcentagem do PIB, muito acima de outros países, o que ajuda a explicar o fato de se tributar muito e não se ter uma oferta de serviço público adequado.

O desafio fiscal brasileiro está posto e é significativo. Atualmente, o resultado do Governo Central encontra-se em um patamar de 4 p.p. do PIB inferior ao período anterior à crise financeira de 2008. O fator que mais explica essa deterioração é o crescimento das despesas públicas, responsável por 75% da piora do resultado primário como proporção do PIB entre 2008 e 2018, e, em especial, as despesas previdenciárias que cresceram isoladamente 2,1 p.p. do PIB no mesmo período, representando 60% do crescimento da despesa primária nesse período.

A superação do desafio fiscal passa, necessariamente, por reformas que estabilizem a dinâmica de crescimento das despesas obrigatórias, o que exige o esforço em conjunto de toda sociedade brasileira. Neste e nos próximos três anos, isso significa um corte da despesa primária de pelo menos 2 p.p. do PIB no mandato atual apenas para cumprir a com a regra do teto dos gastos.